



1º simpósio NACIONAL planos de bairro

q.URB
questões urbanas

M Faculdade de
Arquitetura e Urbanismo

M Mack
Pesquisa

M Universidade Presbiteriana
Mackenzie

PLANO DE BAIRRO SANTA FELICIDADE E JOÃO DE BARRO I: UM PROTÓTIPO EM CONSTRUÇÃO EM MARINGÁ, PR.

Layane Alves Nunes

Doutora
Universidade Estadual de Maringá
lanunes2@uem.br

Beatriz Fleury e Silva

Doutora
Universidade Estadual de Maringá
bfsilva@uem.br

RESUMO

Este texto traz o relato de uma experiência, em andamento, de elaboração de um projeto piloto de Plano de Bairro, em cidade média, que consiste no primeiro caso registrado na cidade de Maringá, Paraná. Tal projeto piloto está sendo elaborado a partir de um projeto de extensão, ancorado na Universidade Estadual de Maringá, no curso de Arquitetura e Urbanismo, onde os membros da equipe executora também fazem parte desta experiência extensionista. Os resultados estão sendo observados através de ações e participação da comunidade local, que demonstrou seus anseios e vontade de reverter o “olhar de abandono” sobre os dois bairros, antes premiados por iniciativas das gestões municipais. Este projeto se configura como piloto, pois tem o intuito de revelar uma experiência de aplicação de Plano de Bairro, organizada em 4 fases, numa cidade de médio porte; ressalta-se que sua execução está na fase 03 e já apresenta ações positivas para os bairros: Santa Felicidade e João de Barro I.

PALAVRAS-CHAVE: plano de bairro; participação popular; planejamento urbano; construção coletiva; cidade média.

Realização:

q.URB
questões urbanas

Apoio:

M Mack
Pesquisa

M Faculdade de
Arquitetura e Urbanismo

M Universidade Presbiteriana
Mackenzie

1. INTRODUÇÃO

A construção das cidades, no Brasil, objetiva ser democrática desde a Constituição Federal de 1988, que inseriu a política urbana e a função social da propriedade como pontos implementados ao planejamento urbano. A partir dos marcos legais ampliou-se o entendimento sobre as práticas de planejar e, mais recentemente, as práticas insurgentes passaram a fazer parte deste processo (Miraftab, 2016), pensada para locais de menor escala. O instrumento do Plano de Bairro funciona como uma forma de planejamento construído a partir da comunidade, cujo foco é estimular a participação no processo de sua elaboração, formando a comunidade local politicamente, enquanto também a sensibiliza para conhecer seus direitos (Rebouças, et al, 2019).

A prática dos Planos de Bairro vem sendo aplicada, após os anos 2000, em várias cidades brasileiras, e como exemplo tem-se Salvador com o Plano de Bairro 2 de Julho; Recife com o Plano de Bairro Casa Amarela; São Paulo que institucionalizou o instrumento do Plano Bairro, em 2015, no Plano Diretor, entre outros. Estas práticas ainda não são aplicadas nos processos de planejamento urbano, mas mostram que é preciso criar novos métodos de planejar, principalmente através de organismos não governamentais (Villaça, 2005).

Neste contexto, ao estudar e observar os casos mencionados, a Universidade Estadual de Maringá, a partir do projeto de extensão “Construindo a cidade coletivamente”, criou o núcleo do Br Cidades Maringá, vinculado ao curso de Arquitetura e Urbanismo e ao Programa Associado UEM/UEL de Pós-graduação, em Arquitetura e Urbanismo (PPU UEM/UEL), e desde 2022 realiza um processo de elaboração e aplicação de um projeto piloto de um Plano de Bairro, em cidade média, a primeira iniciativa na cidade, com o objetivo de instruir a população sobre o seu papel dentro do processo de planejamento urbano.

Para isso, a primeira tarefa era a de selecionar o local, no qual a equipe de trabalho tinha suas condicionantes. A primeira condicionante está em consonância com o diagnóstico de revisão do Plano Diretor Municipal, que em uma das leituras urbanas indicou locais socialmente prioritários na cidade, com precariedades urbanas e/ou demandas habitacionais. A segunda reflexão tratou de aspectos definidos pela equipe, tais como: o território deveria possuir um histórico de luta e de engajamento comunitário, e a sua extensão deveria ser compatível com o tamanho da equipe executora. Estes pontos de análise convergiram para um território conhecido pela equipe: os bairros Santa Felicidade e João de Barro I, adjacentes e inseridos na região sul, da área urbanizada, com concentração de família de baixa renda per capita, entre R\$ 0,00 a R\$89,00. (IPPLAM, 2020).

Ao refletirmos sobre a urbanização de Maringá, temos que esta é uma cidade planejada que cresceu em grandes proporções com o passar dos anos, recebeu inúmeros fomentos governamentais para sua (re)urbanização, construção de moradias, conjuntos habitacionais, entre outros, na maioria posicionados dentro da área urbanizada e próximos da área central (Nunes, 2016; Cordovil, 2010), mas que aponta, nos bairros acima mencionados, um histórico de ações municipais interessantes e intrigantes, devido às contradições de investimentos de urbanização e na sequência de abandono. Assim, a proposta de elaboração deste Plano de Bairro Piloto (Villaça, 2005), para os bairros Santa Felicidade e João de Barro I, em Maringá/PR, nasceu para dar luz, vozes e rostos a um processo participativo, como instrumento de resistência e luta pelo direito à cidade.

2. HISTÓRICO E CONTEXTUALIZAÇÃO: apresentação do local de ação do Plano de Bairro

Os bairros alvo deste estudo, quando implantados em Maringá se localizavam em locais distantes e desconectados da área urbanizada, e, conseqüentemente, do centro da cidade. Estavam na borda do limite urbano, na margem da Rodovia Eng. Osvaldo Pacheco Lacerda, que se caracteriza como o contorno sul do município. No ano de 1975, proveniente de um projeto de relocação de moradores de cortiços e favelas da cidade, o bairro Santa Felicidade foi implantado, concluído depois de três mandatos municipais. Deste modo, este Núcleo Habitacional foi criado com recursos do Programa

de Financiamento de Lotes Urbanizados (PROFILURB), oriundos do Banco Nacional da Habitação (BNH), localizado a 5km da área central, e possuía cerca de 288 habitações, de 36m². Em 1990, 25 anos depois, financiado pela Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR), o bairro João de Barro I foi implantado, adjacente ao Santa Felicidade, construído pelo sistema mutirão entre seus moradores (figura 01).

Logo a cidade incorporou esta área à sua malha urbanizada, em 2008, com investimentos advindos do PAC – Programa Aceleração do Crescimento – voltado para áreas de favelas, que teve sua aplicação, em Maringá, criada como PAC ZEIS Santa Felicidade, mesmo que o local não se configurasse como uma área favelizada (SOUZA, 2018). Este programa implantou ações de reurbanização e construção de equipamentos urbanos nos bairros citados, tendo sido construídos: dois barracões para atividades de cooperativa de catadores de material reciclável (desativados hoje); um barracão para cooperativa de geração de empregos, que não foi executado; um Centro de Atendimento Psicossocial Infanto-juvenil (CAPS - I); um centro de convivência comunitário; o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), reformado; a escola Benedita Natália, ampliada, e a Praça Zumbi dos Palmares, que fora construída pelos moradores, então remodelada (Jordão, 2012; figura 01).

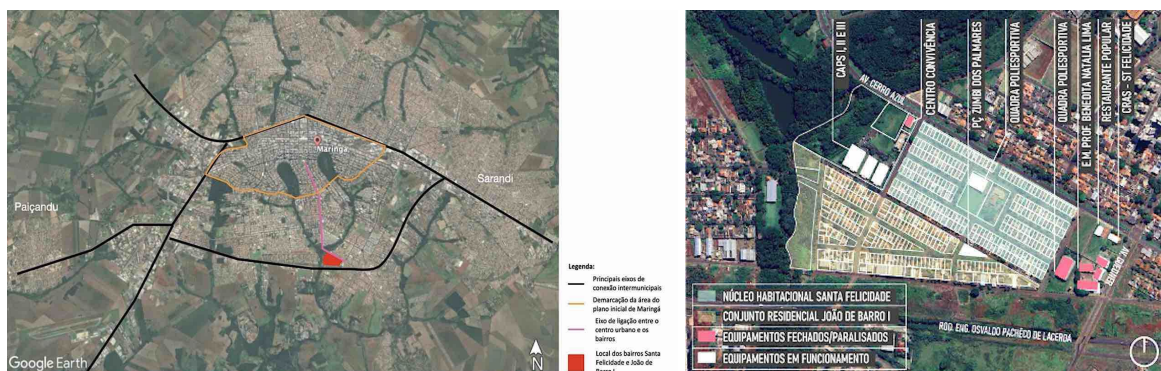


Figura 01 – Esquema de localização dos bairros no contexto urbano e no contexto local
Fonte: Plano de Bairro Piloto - Santa Felicidade e João de Barro, 2023.

Tais ações, ao que parece, foram benéficas; porém, de modo velado, ocorreu um processo de higienização, demarcando o preconceito contra o local (SILVA, 2015). Por exemplo, foi realizada a remoção de parte dos integrantes das famílias e moradores da comunidade para outros locais, fato justificado pelo argumento de unificação dos lotes, mas cuja documentação (segundo relatos) não foi efetivada para muitos dos moradores que ali estão e/ou foram removidos. Mesmo diante desta controvérsia, as ações de construções de equipamentos e remodelação dos bairros presentearam a cidade com o Selo Mérito de 2013, obtido no 60º Fórum Nacional de Habitação de Interesse Social. Porém, hoje a realidade local é de abandono dos equipamentos urbanos e de esquecimento das pessoas. Mas, a comunidade ainda luta – menos que outrora - para que as condições locais se alterem e o local volte a ter vitalidade.

Portanto, a situação atual do local é de esquecimento; os bairros Santa Felicidade e João de Barro I têm suas obras públicas - decorrentes dos investimentos mencionados - fechadas e/ou depredadas, ou seja, em processo de desmantelamento. A população relata e demonstra a falta que os equipamentos fazem para o local e para a dinâmica dos bairros. Os idosos, que constituem grande parte da população local, sentem falta das atividades e da conexão que era promovida pelo Centro Comunitário. A escola, fechada, sofreu depredação; implantada no meio dos bairros, revela uma cena de abandono, a não ser pela contradição de que no horário de embarque dos alunos – no ônibus público, na frente da escola abandonada – há movimento ao levarem as crianças para terem aulas em outra escola próxima.

A presença dos CAPS I e II atrai muitas pessoas para o local, assim como o restaurante popular, em funcionamento, equipamentos que estão implantados nas bordas dos bairros. Porém, o restaurante não consegue atender à demanda de pessoas que chegam, somadas à população do bairro: se não chegar cedo, fica sem refeição, segundo o relato dos moradores. A praça Zumbie dos Palmares, posicionada “logo atrás” da escola, na divisa dos bairros, traz outros ares, mais alegres; reformada durante o PAC, é fruto de um projeto arquitetônico elaborado por professores e alunos da Universidade de Maringá. Hoje, apesar de degradada, é o local do bairro que atrai mais pessoas, inclusive de toda a cidade, para shows da cultura afro. Esta ainda sobrevive, como o coração pulsante do local, e está sobrevivendo em decorrência de muitas manutenções realizadas pelo Centro Jhamayka e pela comunidade local.

As habitações são simples, muitas das quais foram ampliadas pelos moradores; umas são, pois, mais conservadas que outras em situação de deterioração; alguns “barracos” existem, localizados perto do fundo de vale e dos Caps. As ruas estão pavimentadas, com boa qualidade do pavimento; já sobre as calçadas não se pode dizer o mesmo, muitas estão degradadas, quebradas e, na divisa do bairro, ausentes, em razão dos impasses do investimento com que pavimentaram um lado da praça, ou seja, do bairro Santa Felicidade, enquanto o outro lado, do Bairro João de Barro I, não recebeu os investimentos.

Apesar dos tropeços do tempo, os bairros possuem espírito de comunidade - um pouco esmaecido -, vindo dos moradores, e dos ex-moradores que seguem indo até o local para ver os amigos, familiares, e participar dos eventos. Percebe-se ainda a presença constante da Prefeitura, no local, com iniciativas para demarcar o espaço, com ações comunitárias e de diversão das crianças. Os investimentos ocorrem antes das reuniões/shows de cultura na praça, quando publicitadas pelo Centro, e na sequência a Prefeitura Municipal realiza a limpeza da praça; logo depois, a cena de abandono se reinstala.

As controvérsias relatadas, o abandono e o desrespeito das administrações municipais enfraqueceram e retiraram a esperança de grande parte da população. Hoje os moradores são menos unidos e articulados. Alguns ainda resistem mantendo vivo e ativo o Centro Jhamayka, com muitas ideias que fervilham o tempo todo, para manter vivo o espírito de “bairro”. Mas percebe-se a desarticulação e a desconfiança das aproximações externas. Com a intenção aflorada de serem vistos e de tentarem inverter a realidade de “invisibilidade”, em 1990 a população local se uniu e criou o mencionado Centro Cultural Jhamayka, que se apegou à cultura afrodescendente para promover ações de resgate de tal tradição, com eventos recorrentes, na praça Zumbi do Palmares. Estes eventos buscam garantir que os bairros sejam “vistos”, e isso deu tão certo que a praça foi reconhecida pela lei municipal n. 4.044/96, como ponto turístico da cidade.

3. CONDIÇÃO ATUAL: a elaboração do processo de implementação do Plano de Bairro.

Fundamentado no exposto, o Br Cidades Maringá se aproximou dos bairros, no final de 2022, para iniciar a execução do primeiro experimento de Plano de Bairro em Maringá, entendido pela equipe como um projeto piloto, em uma cidade média. Antes de qualquer ação ou definição de metodologia de abordagem, a equipe realizou uma visita de reconhecimento do local e de identificação de atores. Nesta visita, a primeira impressão possibilitou perceber a desarticulação da comunidade – o que foi uma surpresa -, e registrou também a ausência do Presidente de Bairro, que não participou desta e de nenhuma outra iniciativa no local. Percebeu-se a desconfiança e a distância dos moradores, mesmo a equipe estando identificada como pertencente à Universidade Estadual de Maringá, Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Isto foi entendido quando observado que, ao mesmo tempo, carros da Prefeitura estavam no local, “participando” à distância.

Assim, percebeu-se a necessidade de maior aproximação da equipe com os moradores e, ainda, a de lhes assegurar o não pertencimento da mesma a grupos políticos ou gestão pública, pois o objetivo era uma proximidade baseada em confiança. Depois desta compreensão, uma segunda

visita - antes não programada - foi idealizada e organizada, junto com o Centro Jhamayka, que também acompanhou a anterior. Esta visita tinha o objetivo de nos apresentarmos e dizermos que estávamos ali para ajudar a “dar visibilidade” ao local, mas o objetivo primordial era a retomada da articulação entre os moradores. Estes dois eventos marcaram a nossa entrada nos bairros.

Na sequência destes eventos, a metodologia começou a ser construída, com base no entendimento que havíamos adquirido sobre a realidade local, as pesquisas de estudos de casos e as teorias – sobre participação popular; direitos urbanos; e exemplos de planos de bairros – que foram selecionados como fonte de conhecimento e de preparação das ações, e possibilitaram nos esclarecer por onde ir e como agir. Os textos selecionados foram debatidos a cada encontro entre a equipe executora; estudou-se o caso do Projeto UrbinaT; a posição do desenho como questionamento em planos urbanos; lemos também Miraftab (2016); Montoya (2022); Dobry (2019); Iñiguez-Rueda (2017); Iñiguez-Rueda e Oliveira (2017); além dos estudos de casos: Jardim Santa Luzia; Jardim Lapenna e Jardim Pantanal.

Desde o primeiro passo de reconhecimento do território e seus principais atores, o projeto intervalou as visitas ao local, e, se dedicou à formulação de uma metodologia, que definiu uma atuação em 4 fases, são elas: diagnóstico, diretrizes gerais; produtos gerados e estratégias de ação; cada uma acompanhada de suas dinâmicas que aconteceriam conforme o ritmo e a demanda da comunidade, por isso refinamentos e (re)organizações ocorriam a cada encontro, uma vez que se compreende que o debate e a interação revelam posturas de ações no território (Lefebvre, 1999).

A fase do diagnóstico, a primeira, ocorreu em três meses, em meados de 2023, e foi organizada contendo quatro eventos; antes de cada um, como citado, uma reunião de alinhamento era realizada para definir a abordagem, objetivos, distribuição de tarefas e atividades, assim como seus responsáveis. Os eventos foram desenhados objetivando promover a participação da comunidade, para que pudéssemos obter informações sobre o bairro e seus moradores, complementando nosso conhecimento e orientando a equipe para a preparação dos próximos eventos.

Os eventos foram denominados de dinâmicas, e a primeira, a “cidade sentida”, tinha a intenção de identificar as relações de afeto, as rotinas e as atividades cotidianas, e, principalmente, sentir como a comunidade iria participar do processo de elaboração deste Plano de Bairro. Nesta, o assunto do projeto PAC logo se destacou como promotor de obras inacabadas e/ou abandonadas; a falta de documentação de regularização fundiária também foi citada. O principal impacto negativo citado foi na vida da comunidade, pois a relocação das pessoas rompeu laços de amizade e de família. Porém, todos foram unânimes em destacar como herança positiva a criação da praça Zumbi dos Palmares.

A segunda dinâmica, denominada de “cidade percebida”, teve o intuito de esclarecer como os moradores sentem o local, e uma forma de extrair isto era pelo incentivo à troca de saberes e de experiências, obtidas e entendidas a partir do desenho (Silva, 2019). A metodologia se configurou com o auxílio da identificação de imagens significativas, em revistas e jornais, e o recorte e colagem destas sobre mapas do bairro, onde a população apontou locais ícones, positivos ou negativos, que de fato possibilitaram a troca de sentimentos, saberes e experiência sobre os locais e sobre o território (figura 02).



Figura 2 – Imagens dos eventos com a comunidade, a da esquerda o registro do evento cultura e a direita de integração com a comunidade.

Fonte: Acervo da equipe, 2023.

A terceira dinâmica, “a cidade real”, foi realizada a partir da visão dos moradores, e para isto foi utilizada a metodologia da cartografia social (Costa, 2016; ver figura 03), onde, sobre um mapa colaborativo, os participantes demarcaram novos locais importantes do bairro, que geram sensações de afeto e, também, de desafeto. O resultado foi a compreensão dos locais importantes para o convívio, no passado e no presente, e a compreensão de como os moradores entendem os equipamentos comunitários neste contexto. Em especial, os moradores apontaram a falta das reuniões comunitárias e de sociabilização que ocorreriam no Centro de Convivência.

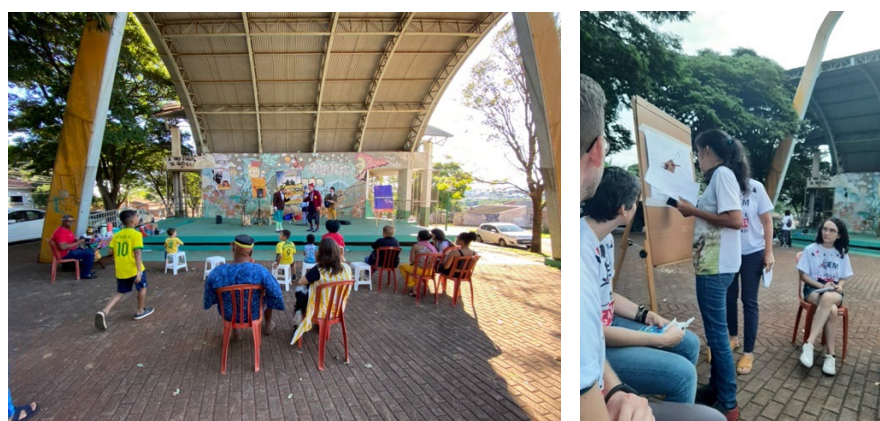


Figura 3 - Apresentação de teatro e dinâmica “a cidade sentida”, respectivamente

Fonte: Acervo da equipe 2023.

O último evento, a “cidade viva e desejada”, identificou as potencialidades “escondidas” nos bairros, quando os participantes apontaram os locais que sentem precisar de melhorias. Os relatos foram voltados ao senso de coletivismo, esmaecido no território, e o histórico de luta foi apontado como algo positivo. Tais resgastes incentivaram os moradores a terem novas ideias para destacar o território, as quais culminaram na organização de um novo evento, dentro da Universidade, que associou uma charrete de discussão sobre Urbanismo Tático, para criar um desenho de pintura das calçadas e do piso da praça, que hoje está em vias de ser implantado, como mais uma tentativa de promover a visibilidade do território.

Como a fundamentação era a de construir uma metodologia ao longo do processo, para iniciar a fase 02, uma nova absorção teórica ocorreu, a partir de dois textos: Valença, 2022; Tavares e Gonzaga, 2021, selecionados pela equipe para introduzir assuntos de compreensão dos direitos da comunidade perante a cidade desejada e exposta na fase 01, e como o espírito de união poderia ser sido uma alternativa na busca de melhorias aos bairros. Este foi o tema do primeiro evento, que se constituiu como uma palestra e debate com a comunidade, sobre o papel de cada um no contexto dos bairros. O segundo evento trouxe discussões sobre o direito à cidade, o Plano Diretor

e o Estatuto da Cidade, onde foi destacada a função e o contexto da participação população na construção coletiva das cidades. O terceiro evento fomentou a discussão entre os moradores sobre as condições do bairro e a indignação pelos acontecimentos de decaimento dos equipamentos.

Ao final deste terceiro encontro, as reivindicações dos moradores sobre o bairro geraram a ideia de organizar um novo evento: um conjunto de manifestações com a função de expor, para a cidade e região, a situação na qual os bairros se encontram. Para isto, foi definido que as manifestações ocorreriam nos locais de maior impacto e que possuem a maior urgência de retorno do funcionamento. Estas ocorreram em dias diferentes, nos finais de semana, na sequência: na frente da Escola Municipal Prof.^a Maria Benedita Natália Lima (fechada e à espera de reforma há 5 anos); no Centro de Convivência Angela M. Pires Caniato (abandonado e depredado), e na Praça Zumbi dos Palmares (local de reunião da população, degradada). Infelizmente poucos moradores participaram, mas as manifestações trouxeram repercussão: o jornalismo local esteve presente, e a limpeza urbana ocorreu nos bairros, mas principalmente percebeu-se o retorno das obras na Escola M. Benedita N. de Lima, na semana seguinte às manifestações. Além disso, nosso intuito enquanto pesquisadores, de alcançar os objetivos traçados inicialmente, foi cumprido, pois houve a participação de vários moradores, nos eventos, nas manifestações, na gravação de depoimentos sobre os bairros (que ainda serão utilizados e publicados).

Depois destas fases, as demais seguem sendo traçadas e organizadas; sabe-se que a fase 03 objetiva fortalecer a comunidade, recuperando a autoestima e buscando meios de diálogo mais eficazes com a gestão municipal. Para isso, produtos estão sendo elaborados e publicados em eventos científicos sobre esta experiência. Para este ano de 2024, pretende-se elaborar um Caderno que irá detalhar a metodologia aplicada, como uma forma de auxiliar mais iniciativas como esta. Além deste, um livro infantil sobre a história do bairro será publicado, fruto das dinâmicas culturais ocorridas em cada um dos eventos realizados no local. Também será produzida uma série de depoimentos sobre os bairros, com o intuito de revelar, registrar e divulgar os acontecimentos e as vozes, rostos e sentimentos que permeiam o lugar. Tudo isto estará ancorado em um site de divulgação e acesso à pesquisa e ao projeto desenvolvido, uma vez que somos contactados e percebemos o interesse de diversos organismos, pesquisadores e pessoas, principalmente por este projeto se tratar de um Plano de Bairro que ocorre em cidade de médio porte. A fase 04 objetiva instrumentalizar a população dos bairros para ações de regaste da comunidade junto à Prefeitura Municipal.

Todo esse trabalho foi conduzido pelas professoras coordenadoras do Br Cidades, núcleo Maringá, junto de uma equipe de participantes. Nosso grupo de atuação, do Br Maringá, é organizado em grupos de trabalho (GTs), institucionalizado como um projeto de extensão universitária. O Gt Plano de Bairro é um braço das nossas atuações, composto por uma média de 10 a 15 pessoas: duas professoras; membros externos; alunos de graduação e pós-graduação, que se dividem no projeto de pesquisa docente e de extensão. Portanto, o grupo é sazonal, mantendo-se as professoras responsáveis – coordenadora e coordenadora adjunta, autoras deste texto – e variando os demais participantes. Hoje temos professora de sociologia, de história, de publicidade, de psicologia e pós-graduandos de outras áreas, sendo que o de maior número é do departamento de arquitetura; mas também professores de outras instituições participam das nossas ações, como Br Cidades Maringá.



Figura 4 – imagem de parte da equipe participante
Fonte: Acervo da equipe, 2023.

4. PERSPECTIVAS

Como o grupo irá seguindo, formado, não se sabe; no momento vencemos um edital de recursos da pós-graduação do Curso de Arquitetura e Urbanismo, da UEM/UEL, onde estamos inseridos, e um novo grupo se formará, com profissionais externos, para seguir os trabalhos de produção dos materiais deste projeto do Plano de Bairro, como: o caderno metodológico, o livro de história, vídeos de depoimentos, entre outros que estão em fase de configuração e de criação.

Sobre os produtos que estão sendo elaborados e construídos, nós os vislumbramos como apoio para o desenvolvimento de novas experiências, a partir de pesquisadores de outras instituições, ou mesmo de organismos não-governamentais que objetivem o mesmo que nós: o estímulo à participação popular na recuperação de um lugar importante para muitos moradores.

5. CONCLUSÃO

Neste estudo e experiência entende-se, como Montoya (2002), que o Plano de Bairro é um instrumento de construção coletiva, que se fundamenta na participação da comunidade local. Por isso, para a inclusão dos moradores foi preciso criar dinâmicas, em paralelo, que chamavam as crianças e, consequentemente, os pais para a praça, um local de destaque no centro dos bairros, onde moradores chegaram por curiosidade e se envolveram com os eventos. Neste contexto, as fases 01 e 02 focaram em reestabelecer o espírito de comunidade e o ânimo pela busca de melhorias; acredita-se que isso foi conquistado pela equipe, registrado pelo manifesto na frente dos equipamentos urbanos abandonados, o que também possibilitou alcançar um outro objetivo: o de se amplificar a voz da comunidade e de mostrar a necessidade de intervenções em um local que já foi alvo de prêmio de qualificação urbana e hoje se apresenta abandonado. Diante destes pequenos, mas grandes frutos colhidos, percebe-se a importância de tal ação e experiência. Por isso, as fases seguintes objetivam divulgar a metodologia empregada, munir a população de mais dados para se aproximar da gestão municipal, que já aparece “timidamente” no local, “reformando” os equipamentos públicos deteriorados, porém vale ressaltar que existem outras demandas, ainda maiores, no local.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CORDOVIL, Fabíola Castelo de Souza. A aventura planejada: engenharia e urbanismo na construção de Maringá, PR, 1947 a 1982. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, 2010. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18142/tde-25042011-103049/pt-br.php>, acessado em 10 de julho de 2024.

COSTA, N; Gorayeb, A; Paulino P.; Sales, L.; Silva, E. Cartografia social uma ferramenta para a construção do conhecimento territorial: reflexões teóricas acerca das possibilidades de desenvolvimento do mapeamento participativo em pesquisas qualitativas. ACTA Geográfica, Boa Vista, Ed. Esp., 2016. pp.73-86. Disponível em <https://revista.ufrs.br/actageo/article/view/3820/2045>, acessado em 15 de maio de 2024.

DOBRY, Sylvia Adriana. Arquitetura e urbanismo participativos: uma gênese. In: Revista V!rus, São Carlos, n. 18, semestre 01, 2019, online. Disponível em: <http://www.nomades.usp.br/virus/virus18/?sec=4&item=4&lang=pt>, acessado em 08 de julho de 2024.

ÍÑIGUEZ-RUEDA, Lupicínio; OLIVEIRA, José Hercílio Pessoa de. La movilidad de las mujeres en la zona sur de São Paulo (Brasil). Identificación de los problemas y soluciones desde su punto de vista. In: Revista de Estudios Urbanos y Ciencias Sociales. Volumen 7, número 1, Almería: Universidad de Almería, p. 9-29, 2017.

ÍÑIGUEZ-RUEDA, Lupicínio. Sobre ser colaboradores no invasivos en escenarios de conflicto social. Revista da UFMG, Belo Horizonte, v. 29, n. 1, p. 113-137, 2022. DOI: 10.35699/2316-770X.2022.41648. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistadaufmg/article/view/41648>, acessado em 01 de agosto de 2024.

IPPLAM, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Maringá. Relatório completo da análise temática integrada - etapa 2, 2020. Disponível em <http://www2.maringa.pr.gov.br/portal/?cod=portal/21/pagina/2389/2ordf-etapa-anaacutelise-temaacutelica-integrada-completo>, acessado em 04 de maio de 2024.

JORDÃO, Vitor Luis Colli. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na Região Metropolitana de Maringá/PR. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012. Disponível em <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/handle/1/3164>, acessado em 15 de maio de 2024.

LEFEBVRE, Henri. A Revolução Urbana. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

MIRAFETAB, Faranak. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. In: Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, online, Recife, vol. 18, n. 13, p. 363-377, dezembro de 2016.

MONTOYA, Adrian Dongo. Freire e Piaget no século XXI: personalidade autônoma, práxis e educação. 1 ed. Curitiba: Appris, 2022.

NUNES, Layane Alves. Para além do plano de Jorge de Macedo Vieira: a expansão urbana de Maringá de 1945 a 1963. Tese (Doutorado em Arquitetura, Urbanismo e Tecnologia) - Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2016. Disponível em <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/102/102131/tde-30062016-113515/pt-br.php>, acessado em 15 de maio de 2024.

REBOUÇAS, Thaís; MANZI, Maya; MOURAD, Laila. Experiências de planos de bairro no Nordeste brasileiro: articulando planejamento insurgente e direito à cidade. Caderno MetrÓpole. São Paulo: v.21, N.46, 2019, p. 855-878.

SILVA, Jonathas Magalhães Pereira da. Desenho como questionamento: distintas dimensões de planos e projetos urbanos. Rio de Janeiro: FAUFRJ, São Paulo: PUC Campinas, 2019.

TAVARES, Flávio; GONZAGA, Priscila (org.). Agir local: gestão territorial e democracia, uma experiência em Conde - Paraíba – Brasil. João Pessoa: Instituto Território, 2021.

VALENÇA, Márcio Moraes (org.). Arquitetura e criatividade. Natal: EDUFRRN, 2022.

VILLAÇA, Flávio. As ilusões do Plano Diretor. 2005. Disponível em http://www.flaviovillaca.arq.br/pdf/ilusao_pd.pdf, acessado em 2024-05-14.